

As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora
Crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács

Ronaldo Vielmi Fortes¹

Resumo:

Por meio da explicitação das três determinações fundamentais da análise do trabalho, desenvolvida por Lukács em *Para uma ontologia do ser social*, este artigo objetiva problematizar as diversas nuances assumidas pela expressão “centralidade” do trabalho entre os comentadores.

Palavras-chave: Lukács; ontologia marxista; complexo trabalho.

Three fundamental determinations on the lukacsian analysis of labour: model of superior forms, ontological priority and isolating abstraction

Abstract:

By understanding the three basic determinations of labor analysis, developed by Lukacs in *Ontology of social being*, this article aims to discuss the various nuances assumed by "centrality" of labor among commentators.

Keywords: Lukács; Marxist ontology; work complex.

Tornou-se comum no círculo de estudiosos e comentadores brasileiros de Lukács a noção de “centralidade do trabalho”. Por meio de tal expressão costuma-se atribuir às ideias do pensador húngaro o caráter decisivo e centralizante desta categoria, chegando-se, inclusive, a exageros vulgarizantes, tais como, de uma maneira simplista e imediata, fazer derivar as dinâmicas mais importantes da prática social a partir desta categoria. O trabalho desempenharia, assim, uma função estruturante de toda a práxis social, sendo imprescindível a menção direta a ele para compreender todos os meandros da realidade societária. Decerto, é compreensível que, na tarefa de vulgarização² do pensamento de um autor tão difícil quanto Lukács, seja necessário estabelecer elementos facilitadores para permitir a entrada em sua filosofia. Essa é, entretanto, uma tarefa perigosa, pois se corre o risco de incorrer em reducionismos deturpadores dos elementos centrais das ideias do autor estudado. Obviamente, dentre as concepções dos adeptos de tal terminologia, existem desde as banalizações mais simplistas e generalizantes até elaborações mais sofisticadas. Em suas

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

² Usamos aqui a palavra não em seu sentido pejorativo, mas na acepção de “tornar vulgo”, “popularizar” um pensamento.

versões mais tacanhas e reducionistas, a palavra “centralidade” funciona como uma espécie de “Shibboleth”, cuja mera pronúncia corretamente entoada leva ao reconhecimento dos fundamentos políticos e ideológicos daquele que a anuncia, dando flagrantes provas de ser muito mais uma convicção ideológica do que propriamente uma tese filosófica devidamente argumentada.

Não há aqui espaço para descrever o conjunto das variáveis que cercam o sentido da expressão “centralidade do trabalho”; resta-nos, pois, a tarefa de remeter diretamente ao texto de Lukács, procurando resgatar a autenticidade de suas considerações acerca do trabalho. Somente a partir do desvelamento de suas ideias e reflexões poderemos criar parâmetros seguros para verificar a correspondência dessas interpretações e usos terminológicos em relação à autenticidade do pensamento lukacsiano. Desse modo, o objetivo deste artigo é mais problematizar do que avaliar em suas diversas nuances o sentido de tal expressão para saber se tal ideia é realmente passível de ser encontrada no pensamento de Lukács; em suma, cabe determinar se esse é verdadeiramente o sentido das reflexões em relação ao trabalho feitas pelo pensador magiar em sua última grande obra, *Para uma ontologia do ser social*.

Não é irrelevante iniciar nossas considerações destacando a completa ausência do uso direto de tal expressão [*zentrale Kategorie*], ressalvado um único caso³. É claro que a não existência do termo não implica imediatamente a exclusão da presença da ideia em suas reflexões. No entanto, devemos iniciar por esse aspecto, na medida em que esclarece, em parte, a tese que aqui procuraremos demonstrar. O único momento no qual uma expressão próxima a essa vem a ser utilizada não se encontra propriamente no capítulo “O trabalho”, mas no capítulo destinado ao pensamento de Marx, na parte histórica da *Ontologia*. Onde aparece ela não contém um aspecto generalizante, mas aponta para a importância central no trabalho na consideração dos complexos da produção e reprodução. Vale referir à passagem:

No momento em que Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central, surgem, tanto no próprio ser humano como em todos os seus objetos, relações, vínculos etc. como dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base. Como sempre ocorre em Marx, também nesse caso o trabalho é a categoria central [*zentrale Kategorie*], na qual todas as outras determinações já se apresentam *in nuce*. (LUKÁCS, 2012, p. 285)

Somente mais à frente quando analisarmos o contexto mais amplo em que será tomado em consideração o complexo da reprodução social,

³ Nos outros casos em que o termo aparece não existe qualquer ligação com o complexo trabalho.

poder-se-á refutar toda sustentação da tese da centralidade a partir dessa passagem. Neste momento, caberia apenas advertir, ainda que se quisesse insistir na ideia da centralidade, esta única passagem não seria argumento suficiente para sustentar a hipótese. Uma hipótese de tal natureza precisaria no mínimo demonstrar a ancoragem de toda a reflexão lukacsiana tendo como centro o trabalho, ou seja, nos moldes em que costumeiramente se dá a imputação desse conceito às reflexões de Lukács.

A respeito do uso terminológico, há ainda outra consideração a ser feita. Por vezes se tomam os argumentos daqueles a quem se visa combater – seus conceitos, assim como a forma da colocação do problema – para defender a ideia contrária. Esse parece ser o caso com o termo centralidade. Ao fazer isso, o maior risco é o de assumir os argumentos da questão daquele a quem se busca criticar, ou seja, termina-se por aceitar a própria natureza do problema posto pelo antagonista, deixando de realizar a compreensão da sua dimensão efetiva. Por exemplo, para se combater a “centralidade” da esfera comunicacional ou da intersubjetividade habermasiana, contra-argumenta-se em prol da “centralidade” do trabalho. O mesmo pode ser verificado com outro pensador, próximo a Habermas, qual seja, Claus Offe. Em seu texto “Trabalho: a categoria sociológica chave?” (OFFE, 1995), o autor usa diretamente o termo *centralidade*, abrindo uma forte polêmica contra as tendências marxistas da sociologia. Aceitar a terminologia não seria compactuar com as próprias interpretações enviesadas desses autores, perdendo desse modo o caráter da especificidade da análise dos pensadores a quem se busca defender, nesse caso, Lukács e Marx? Desse modo, ao criticar Habermas, ou Offe, combate-se a sua negação da centralidade do trabalho afirmando a centralidade deste, como se em Marx realmente existisse uma suposta ontologia do trabalho, ou como se as considerações marxianas coincidissem com essas interpretações e terminologias cunhadas pelos críticos. Sabemos da prática comum das críticas antimarxistas, cuja tendência central banaliza aspectos da teoria marxiana no claro intuito de facilitar o exercício da desmontagem de seu pensamento. Reduzindo-o a um conjunto de teses simples e de difícil sustentação, a destituição do pensamento de Marx é feita de modo direto e aparentemente coerente.

Em grande medida, os defensores da ideia da centralidade procuram respaldar-se em Lukács para sustentar o caráter decisivo dos trabalhadores como força social de vanguarda, classe portadora da incumbência revolucionária da sociedade do capital. Busca-se, desse modo, combater aquelas críticas endereçadas ao marxismo e à luta dos trabalhadores, postas como anacrônicas ou tributárias de equívocos da era moderna; enfim, para seus críticos, ideias ultrapassadas, que não oferecem nenhuma resposta aos conflitos de nossos tempos. Decerto, Lukács pode contribuir muito para esse debate, para efetuar uma crítica de fundo a toda esta problemática,

porém, devemos compreender os veios próprios de suas ideias, para somente então iniciar o debate com as tendências filosóficas e sociológicas que vigoram em nossos dias. Apresentar uma contraposição simplista sob a forma de jargões ideológico-políticos mal elaborados serve apenas para alimentar a sanha e as armas do inimigo contra aquilo que se busca defender.

O objetivo do capítulo aqui em discussão, que abre a *Ontologia* de Lukács, não é fazer uma defesa do mundo do trabalho contra o mundo do capital; menos ainda fazer a defesa do trabalho enquanto categoria explicativa necessária das dimensões mais elevadas da prática social⁴, mas estabelecer em termos materialistas a gênese do ser social. O que Lukács busca é a fundação de uma ontologia materialista. Nicolas Tertulian (2011, p. 7) assinala muito bem o cerne das reflexões lukacsianas da ontologia quando ressalta a questão decisiva que corta as páginas de sua obra, “como a sociedade é possível?” [*Wie ist Gessellschaft möglich?*]. Esta questão aparece pela primeira vez em sua fórmula definitiva em Georg Simmel e atravessa todo o século XX, culminando de maneira mais expressiva em Habermas – desde suas contribuições em “Para a reconstrução do materialismo histórico” (HABERMAS, 1976, pp. 111-62) até suas obras derradeiras. A diferença consiste em que Lukács analisa este problema à luz da construção da ontologia do ser social, enquanto em Habermas as formulações tomam por base postulações antropológicas para se alcançar uma resposta para o problema.

As determinações tecidas por Lukács são de cunho ontológico, o que o coloca em uma posição radicalmente distinta das tendências filosóficas atuais, que no geral condenam toda reflexão ontológica como anacronismo metafísico. Tal condenação procede tanto do marxismo quanto de outras escolas da filosofia (como, por exemplo, o neopositivismo, o pensamento pós-moderno e outras). Não é simples, portanto, a empreitada que o pensador magiar pretende trilhar em sua última grande obra. Escrever uma ontologia materialista é se voltar contra mais de dois mil anos de tradição filosófica. Quando Lukács inicia pelo complexo trabalho, quer trazer os elementos fundantes do ser social, demonstrar como as categorias desta forma do ser não são elementos transcendentais que pressupõem a mundanidade, mas atributos oriundos do decurso histórico da autoprodução humana. Em síntese, o homem é definido como um ser que se autoproduz, deste modo, não há elementos anteriores à sua própria existência, um atributo transcendente que ponha a essência do humano como uma anterioridade necessária ao próprio mundo.

⁴ Aspectos que são criticados por autores como Claus Offe e Robert Kurz.

Nesse sentido, a compreensão das ideias do pensador húngaro é primordial para o debate de nosso século, pois abre as portas para entender o devir homem do homem sob a base de uma filosofia materialista. Para fornecer os princípios básicos de sua tematização é necessário demonstrar as três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora.

O pôr teleológico como traço essencial de toda práxis humana

Nas primeiras páginas do capítulo “O trabalho”, Lukács instrui de maneira clara o que entende como categoria ou complexo fundante do ser social. Suas considerações acerca das determinações mais gerais do trabalho aparecem na sequência à citação da famosa passagem de *O capital*, na qual Marx determina os elementos constitutivos do trabalho: a finalidade, a investigação dos meios e a produção propriamente dita. Cabe aqui reproduzir o comentário de Lukács:

Desse modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas –, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material. É claro, como veremos mais adiante, que não se deve exagerar de maneira esquemática esse caráter de modelo do trabalho em relação ao agir humano em sociedade; precisamente a consideração das diferenças bastante importantes mostra a afinidade essencialmente ontológica, pois exatamente nessas diferenças se revela que o trabalho pode servir de modelo para compreender os outros pores socioteleológicos, já que, quanto ao ser, ele é a sua forma originária. (LUKÁCS 2013, p. 47)

Tal passagem, quando lida de maneira apressada, pode conduzir a equívocos. O que se afirma nesse momento não é o trabalho como categoria central, mas se revela nesse instante qual é a categoria central “do” trabalho; ou seja: o pôr teleológico. Vem, assim, anunciada a determinação daquilo que Lukács designa como modelo [*Modell*], que não se confunde de modo algum com a ideia do trabalho como centralidade de toda prática humana. Modelo significa que, nessa primeira práxis identificável do ser social, já se encontra presente a caracterização mais geral de toda atividade humana, a de ser um pôr teleológico. Entretanto, deve-se atentar para as advertências nas quais se condena qualquer ação de “exagerar de maneira esquemática esse caráter de modelo do trabalho em relação ao agir humano em sociedade”. Se o trabalho oferece os traços mais gerais de toda atividade humana, são, na verdade, as diferenças específicas que determinam a peculiaridade de cada atividade, e não seus traços em comum. O trabalho é

ponto de partida da análise, pois nele pela primeira vez surge o pôr teleológico, ele é a forma originária desse pôr.

Para enfatizar ainda mais a natureza das considerações de Lukács, vale reportar outra importante passagem:

Na realidade, porém, o ato de pôr o fim possui gênese e função sociais bem concretas. Ele decorre das necessidades dos homens, e não só dessas necessidades em sua universalidade, mas dos desejos pronunciadamente particulares voltados para a sua satisfação concreta; esta, as respectivas circunstâncias concretas, os meios concretos e as possibilidades concretas socialmente disponíveis é que determinam concretamente o próprio pôr do fim, e é óbvio que o tipo da seleção dos meios, assim como o da realização, são possibilitados tanto quanto limitados pela totalidade dessas circunstâncias. Só assim o pôr teleológico pode converter-se – tanto individual como genericamente – em veículo central do homem; só assim ele comprova ser a categoria elementar específica que diferencia qualitativamente o ser social de qualquer ser natural. (LUKÁCS, 2012, p. 310)

O desfecho encerra qualquer dúvida sobre o teor das determinações lukacsianas, o qual vale a pena repetir, para ressaltar seu caráter conclusivo: “Só assim o *pôr teleológico* pode converter-se – tanto individual como genericamente – em veículo central do homem; só assim ele comprova ser a categoria elementar específica que diferencia qualitativamente o ser social de qualquer ser natural”. O pôr teleológico é o “veículo central do homem”, a “categoria elementar específica” do ser social. Portanto, se se quiser insistir no tema da centralidade, não é a centralidade do trabalho que aqui se afirma, mas o “pôr teleológico” como a caracterização mais geral de toda atividade humana.

Iniciar pela análise do trabalho se justifica por ser este complexo o primeiro lugar em que podemos encontrar de maneira clara e evidente o pôr teleológico. Ele nos permite vislumbrar a forma mais geral de toda atividade do homem, seja junto à natureza, seja nas formas superiores da práxis social. Em linhas gerais, a política, a arte, a filosofia etc. são formas particulares do pôr teleológico, porém somente podem ser entendidas a partir da especificidade de suas categorias e dinâmicas. A análise do trabalho permite compreender a forma mais geral dessa atividade, a identidade que esta guarda com as formas superiores. Cada uma dessas formas somente pode ser devidamente compreendida quando se explicita a *diferença específica*, ou seja, as categorias e dinâmicas próprias de cada práxis social.

Vale, portanto, acompanhar, ainda que de maneira sintética, esses traços mais gerais analisados por Lukács no complexo trabalho, para posteriormente demonstrar a natureza específica do pôr nas outras práticas sociais.

O processo de transformação da natureza levado a cabo pelos homens é uma via de mão dupla: para impor à natureza determinados desdobramentos de seus nexos causais no intuito de produzir um objeto para a satisfação de suas necessidades, o homem deve se submeter às suas leis e aos seus princípios causais de movimento. Na natureza o princípio da causalidade rege os movimentos sob a égide de leis insuprimíveis que põem como necessidade a submissão às suas regulações e nexos. Porém, nenhuma intenção do homem se dirige à rigidez fática dessas leis, ele descobre na natureza a possibilidade de novas combinações. Na medida em que apreende de maneira ideal a malha causal ele se torna capaz de transformá-la, produz algo inusitado; a natureza, deixada ao seu próprio movimento, jamais seria capaz de atingir uma realização similar. O elemento novo nessa nova forma de objetividade humanamente produzida é a unidade entre a finalidade, a prévia ideação dos meios para a transformação e a correta ação sobre os nexos causais da matéria natural. Esses três elementos, cujo desvelamento tornou-se possível pela decomposição analítica do trabalho, são fatores distintos no interior de uma unidade, elementos do complexo de categorias que constitui o trabalho. É a esse composto categorial que Lukács designa como *pôr teleológico*, em que se encontram entrelaçados tanto o *télos* projetado idealmente pelo homem quanto as possibilidades descobertas nos elementos naturais. Nesse sentido, *pôr* não é apenas a presença na consciência de uma finalidade específica, mas implica a realização dos fins previamente estabelecidos.

Pôr, nesse contexto, não significa, portanto, um mero elevar-à-consciência, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui, com o ato de *pôr*, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o *pôr* tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico. (LUKÁCS, 2013, p. 48)

Não se trata, portanto, de “mera aspiração ou simples desejo”, mas o *pôr teleológico* consiste no êxito da atividade, na produção real e concreta de dada objetividade. Sob esse aspecto, conforme adverte o próprio autor, não pode existir uma teleologia sem a causalidade por meio da qual ela se realiza. Em suma, a atividade laborativa é compreendida como a ação consciente sobre o elemento natural, mediante a capacidade de reconhecer as propriedades e os princípios do movimento da legalidade da natureza. Ao apreender os nexos da malha causal, ao assumi-los na consciência por meio da reprodução ideal, o homem torna-se capaz de transformar a matéria natural, produzindo, desse modo, um objeto apto a satisfazer suas necessidades e carências. O trabalho aparece, desta forma, como a unidade do *pôr* efetivo de um dado produto e da prévia ideação dos nexos causais da natureza, mediada e dirigida pela finalidade previamente estabelecida.

Quando observamos as formas superiores da prática social, embora estas contenham os traços mais gerais aqui descritos, verificamos o predomínio de pores teleológicos qualitativamente distintos daqueles presenciados no trabalho. A diferença consiste no “objeto” ou na “matéria” sobre a qual a finalidade visa a intervir. Para destacar essa distinção Lukács estabelece a diferença entre pôr teleológico primário e pôr teleológico secundário. Distintamente dos pores primários, os secundários não são ações voltadas diretamente à atividade junto à natureza. Os pores secundários, característicos das formas superiores da práxis humana, apresentam como finalidade imediata a intenção de conduzir outros homens a assumir determinadas ideias e comportamentos ideados previamente por aqueles que objetivam induzir a ação desses. Enquanto o pôr no trabalho visa a uma ação direta sobre a natureza, os pores teleológicos secundários dirigem-se à consciência dos outros homens e apenas em última instância a uma ação sobre a natureza. Nos termos de Lukács,

nas formas superiores e mais desenvolvidas da práxis social, destaca-se em primeiro plano a ação sobre outros homens, cujo objetivo é, em última instância – mas somente em última instância –, uma mediação para a produção de valores de uso. Também nesse caso o fundamento ontológico-estrutural é constituído pelos pores teleológicos e pelas cadeias causais que eles põem em movimento. No entanto, o conteúdo essencial do pôr teleológico nesse momento – falando em termos inteiramente gerais e abstratos – é a tentativa de induzir outra pessoa (ou grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos (LUKÁCS, 2013, p. 83).

Ainda que sua gênese possa ser identificada já na atividade junto à natureza⁵, isto é, no trabalho, com os desdobramentos e com o surgimento das formas superiores da prática social verifica-se a ampliação e a autonomização das categorias e dinâmicas intrínsecas ao complexo originário, assim como o surgimento de novas categorias que determinam a especificidade das formas superiores. Estas últimas entram em ação e se realizam por meio da “crescente diferenciação” das formas originárias da prática social, criando um distanciamento significativo em relação à estrutura genética do pôr teleológico presente no trabalho. Sob esse aspecto,

⁵ Lukács demonstra a gênese dos pores secundários também na forma originária do trabalho, quando exemplifica tal atividade pela caça no período paleolítico. Para caçar, os homens devem primeiramente organizar suas atividades entre si, determinando funções distintas para o exercício dessa atividade. Nesse sentido, o ponto inicial da atividade dirige-se à consciência dos indivíduos, buscando induzi-los a assumir comportamentos específicos e exercer funções determinadas para o êxito dessa atividade. Nas formas superiores, entretanto, as mediações entre as formas secundária e primária do pôr são bem mais complexas, levando esta relação a uma situação completamente distinta daquela presente no trabalho.

é a diferença específica surgida no decurso dos desdobramentos da práxis social que fornece os elementos para estabelecer a peculiaridade de cada atividade humana. Pode-se falar de descontinuidade na continuidade, pois as formas mais complexas da práxis humana – a política, por exemplo – apresentam, no geral, os mesmos traços mais fundamentais presentes no complexo genético, entretanto, somam-se a estes traços fatores e categorias próprias, criando a estrutura típica de uma nova forma de atividade, diferente do trabalho, porém contínua em seus traços mais elementares.

Se tomarmos o exemplo da política – determinada como um pôr teleológico secundário –, veremos a natureza mais precisa do que aqui se afirma. Por meio da comparação entre a política e a dinâmica presente no trabalho, Lukács esclarece os aspectos mais evidentes das diferenças e das igualdades:

A igualdade baseia-se em que, tanto no metabolismo com a natureza como na influência dos pores teleológicos de outras pessoas, o pôr só pode se tornar efetivo quando põe em marcha pessoas, forças etc. reais como seu objeto intencional. Correspondendo à diferença entre os dois tipos de pores teleológicos, o coeficiente de incerteza, como sabemos, não só é bem maior no segundo grupo, como também de uma grandeza que reverte para o plano qualitativo. Essa diferença, contudo, não anula o fundamento ontológico comum recém-determinado: a necessidade de incidir no ser. Todavia, isso é válido só dentro de certos limites, inclusive no metabolismo com a natureza: por um lado, um pôr jamais poderá ser efetuado com o conhecimento pleno e adequado de todos os momentos do seu surgimento; por outro lado, essa exigência se restringe sempre ao fim imediato do trabalho. Ora, essa restrição torna ainda mais evidente o caráter qualitativo da diferença. Não só o perímetro do não conhecido é incomparavelmente maior no caso de decisões políticas, mas a peculiaridade qualitativa da diferença se expressa também no fato de que, no metabolismo com a natureza, as legalidades fundamentais do objeto apenas podem ser conhecidas, enquanto o desenvolvimento social, justamente em virtude dessa exigência, é capaz de produzir a partir de si mesmo novas formas, novas legalidades. (LUKÁCS, 2013, pp. 509-10).

Na forma originária da práxis social, os nexos causais da natureza apresentam-se de maneira mais direta e imediata; já na esfera da política, o campo sobre o qual incide a ação mostra-se mais inconstante e com o “coeficiente de incerteza” muito mais amplo. Contudo, também nessa esfera a ação sobre uma objetividade independente da consciência do indivíduo se mostra como o elemento decisivo da atividade. Trata-se, nesse caso, não da objetividade das leis da natureza, mas da dinâmica da objetividade social. A consciência precisa conhecer os meandros da malha causal da sociabilidade se quiser conduzir e intervir sobre os processos sociais em curso. Sob este aspecto, a política em Lukács não possui o caráter de um voluntarismo, ou

seja, de modo algum corresponde ao mero “empenho em intervir no campo da política com absoluta desatenção pelas condições objetivas concretas” (VEDDA, 2014, p. 278). Ideias políticas incapazes de causar mudanças ou incidir sobre determinados rumos dos processos sociais são como o “voo de Ícaro” que caracteriza o antigo sonho humano de voar, diria Lukács, ou seja, meras volições, simples desejos, impossibilitados de realização no mundo, já que incapazes de compreender as possibilidades objetivas para levar a cabo a efetivação de suas finalidades. Em suma, a práxis política, enquanto pôr teleológico, implica de igual maneira finalidades capazes de agir sobre a realidade social, aspecto que se viabiliza apenas pela eficácia em pôr em movimento a malha causal característica dos processos sociais.

Guardadas as devidas diferenças – de extrema importância, vale reenfatizar –, a mesma relação geral entre o ideal e o real se encontra presente nesse campo mais complexo da práxis humana. Neste último, contudo, ocorre a elevação da complexidade, surgem modificações importantes e decisivas, tornando a práxis política algo fundamentalmente distinto da forma originária. Desse modo, as categorias do complexo trabalho são incapazes de, por si só, explicar a política. Esta deve ser entendida pelas diferenças em relação à forma originária. Basta referir as categorias eficácia e duração como princípios decisivos da prática política, além das importantes considerações feitas por Lukács em sua *Ontologia* sobre a presença preponderante do fator subjetivo nesse campo. Ainda aqui, o trânsito entre subjetividade e objetividade se coloca, porém, a relação dialética entre as duas dimensões assume ares de maior complexidade, tornando a análise da política um campo de reflexões próprias, já que, em sua estrutura mais específica, são de natureza essencialmente distinta do trabalho.

Em suma, para Lukács, trata-se de demonstrar a relação ineliminável entre os dois planos das atividades humanas, ou seja, a relação dialética entre o real e o ideal. O que não é, de modo algum, explicado por meio de uma aplicação direta e imediatista do trabalho como a fonte da qual derivam as formas superiores da prática social; diferentemente de tal tese, o trabalho contém em termos gerais o modelo por meio do qual podemos vislumbrar a mesma relação entre o real e o ideal nas formas superiores da prática social.

O próprio Lukács enfatiza: esses elementos mais gerais funcionam como aquilo que Marx determina como “abstração razoável”. O tema é desenvolvido por Marx em seus *Rascunhos de 57 (Grundrisse)*. Marx trata da questão quando tece considerações sobre o sentido correto de se falar de “produção em geral”. Para o pensador alemão, “não existe produção em geral”, trata-se, na verdade, de uma abstração por meio da qual são sintetizados os traços mais gerais de dada categoria, ou seja, são apreendidos os elementos contínuos no processo concreto de seu

desdobramento histórico. É, na verdade, uma abstração que promove a generalização, cuja função principal é destacar os elementos de “continuidade do próprio processo real”. Porém, tal procedimento abstrativo possui seus limites:

Nenhuma produção seria concebível sem elas [abstrações razoáveis]; todavia, se as línguas mais desenvolvidas têm leis e determinações em comum com as menos desenvolvidas, a diferença desse universal e comum é precisamente o que constitui seu desenvolvimento. As determinações que valem para a produção em geral têm de ser corretamente isoladas de maneira que, além da unidade – decorrente do fato de que o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, são os mesmos –, não seja esquecida a diferença essencial. (MARX, 2011, p. 41)

A abstração razoável “destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição”. No entanto, faz-se necessário, para a determinação específica da realização histórica da categoria analisada, a intensificação analítica por meio da qual são postas em evidência as formas peculiares de sua realização. Em outros termos, a efetiva análise da produção exige a intensificação da análise, instante em que as diferenças específicas confrontam os traços universais explicitados pelas abstrações razoáveis, opondo-se de maneira direta a esse comum às várias formas, revelando a natureza efetiva de seu desdobramento histórico. Conforme adverte o próprio Marx, “esse Universal, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações” (MARX, 2011, p. 41).

Assim também o é na análise das formas específicas da prática social. Paraphraseando o dito de Lukács em relação ao seu tratamento da dimensão estética, que define suas investigações estéticas por meio da tarefa de descrever “a posição do princípio estético no quadro da atividade espiritual do homem” (ABENDROTH *et al.*, 1969, p. 12), trata-se de determinar o lugar específico e a particularidade das formas superiores da prática social no quadro mais geral das atividades mais desdobradas e complexas do ser social.

Uma análise semelhante poderia ser realizada em relação à arte como pôr teleológico. A complexidade do tema nos impede de delimitar com maior precisão a natureza das questões estéticas em um texto com estas dimensões. Trata-se, portanto, apenas de chamar a atenção para as diferenças mais evidentes entre o pôr teleológico do trabalho e o pôr estético. Como indicativo, cabe referir uma passagem de sua obra anterior à *Ontologia*, em que determinações bem próximas a estas estão presentes:

A entrega incondicional à realidade e o apaixonado desejo de superá-la caminham juntos, pois o desejo em questão não pretende impor um “ideal” (...) senão destacar aspectos da realidade que em si são intrínsecos a esta, nos quais se faz visível

a adequação da natureza ao homem e se superam a estranheza e a indiferença a respeito do ser humano, sem afetar a objetividade natural e, menos ainda, querer aniquilá-la. (...) A unidade desse ato é um nível mais espiritual e mais consciente que o próprio trabalho, no qual a teleologia que transforma o objeto do trabalho resulta inseparável da captação dos segredos da matéria dada. Mas, enquanto que no trabalho se trata de uma relação puramente prática entre o sujeito e a realidade objetiva, razão pela qual a unidade do ato não é mais que um princípio coordenador do processo do trabalho e por isso perde sua significação ao consumir-se esse processo e não a consegue de novo senão mais tarde, em troca, essa unidade cobra na arte uma objetivação própria; tanto o ato mesmo quanto a necessidade social que o suscita tendem a essa captação, fixação, eternização da relação do homem com a realidade, a criação de uma coisidade objetivada na qual se encarna a unidade sensível e significativa, evocadora de tal impressão. (LUKÁCS, 1967a, p. 227)

Ao salientar o aspecto comum de todos os pores teleológicos, demarca-se o fundo insuprimível da relação entre subjetividade e objetividade. No entanto, a objetividade em causa em cada um desses pores possui aspectos próprios, a forma dessa inter-relação entre o subjetivo e o objetivo prescreve a natureza peculiar de cada práxis social. Por isso, Lukács acrescenta na sequência o fato de que na arte ocorre “a intensificação simultânea da subjetividade e da objetividade acima do nível da cotidianidade” (LUKÁCS, 1967a, p. 227). Segundo o pensador húngaro, “esta objetividade tem em certo sentido uma estrutura distinta da desantropomorfizadora que se dá na ciência e da que ocorre nos fenômenos da vida cotidiana que preparam a objetividade da ciência (antes de tudo, o trabalho)” (LUKÁCS, 1967a, p. 228).

Em termos conclusivos e bastante claros, em sua obra *Estética – A peculiaridade do estético*, verifica-se a demarcação das diferenças entre o pôr estético e o pôr teleológico presente no trabalho, demarcando a impossibilidade de deduzir por vias diretas a primeira a partir da segunda:

Em outros contextos (...) indicamos que, ainda que o trabalho (suas formas sociais, as relações por ele mediadas com a natureza, com os semelhantes etc.) seja fundamental para o ser social dos homens, constituem-se sobre essa base [*Boden*]⁶ relações entre os homens, necessidades, meios para satisfazê-las etc., que manifestam uma estrutura mais complicada que a das relações fundamentais de trabalho mesmas, e para cujo conhecimento, portanto, ainda que as relações de trabalho deem

⁶ É significativo o fato de Lukács usar aqui não *Grundlagen*, mas o termo *Boden*. Embora este último possa ser traduzido também como “fundamento” ou “base, o termo significa mais diretamente “chão”, “solo”. O uso de *Grundlagen* (fundamento ou base) concederia um peso maior ao sentido de um elemento constitutivo essencial, enquanto *Boden* confere o sentido de um chão sobre o qual se apoiam as formas superiores.

a base, não pode proceder por dedução direta a partir delas.⁷
(LUKÁCS, 1967b, p. 217)

Vale insistir: não se podem deduzir as relações sociais mais complexas a partir do complexo categorial do trabalho, pois nas formas superiores da sociabilidade os traços mais gerais do pôr teleológico se encontram sobredeterminados, sobreconformados pela mediação de novas categorias que surgem no decurso de desenvolvimento do ser social, dando a esses novos complexos da práxis contornos completamente distintos das formas anteriores. As relações sociais estabelecidas entre os homens, as formas da atividade estética, moral⁸ etc. formam um conjunto bem mais complexo que aquele presente no complexo trabalho.

O trecho acima citado da *Estética* abre as portas para a identificação de outra questão crucial nas determinações de Lukács: a determinação do trabalho como base das formas superiores da prática social implica a compreensão dos princípios ontológicos fundamentais extraídos por ele da obra marxiana, isto é, o *momento preponderante* e a *prioridade ontológica*.

O trabalho como prioridade ontológica

Ao longo de sua *Ontologia*, e em particular no capítulo destinado a explicitar “Os princípios ontológicos fundamentais de Marx”, Lukács adverte para o fato de que as relações entre as categorias no interior dos complexos compreendem “não apenas a coordenação paritária, mas também sobreordenação e subordinação” (LUKÁCS, 2012, p. 307). A coordenação paritária significa que os elementos do complexo se encontram em determinação de reflexão no interior da unidade. A sobreordenação confere o reconhecimento de papel preponderante de dadas categorias no interior do complexo, que subordina outras categorias, dando-lhes a diretriz decisiva na condução do processo. Isso significa que as relações existentes

⁷ “Wir haben in anderen Zusammenhängen - zuletzt bei der Behandlung des Signalsystems 1' - darauf hingewiesen, daß, obwohl die Arbeit (ihre gesellschaftlichen Formen, die durch sie vermittelten Beziehungen zur Natur, zu den Mitmenschen etc.) grundlegend für das gesellschaftliche Sein der Menschen ist, sich doch auf diesem Boden Beziehungen zwischen den Menschen, Bedürfnisse, Mittel zu ihrer Befriedigung etc. ausbilden, die eine kompliziertere Struktur aufweisen als die fundamentalen Arbeitsverhältnisse selbst, für deren Erkenntnis deshalb diese zwar die Basis abgeben, die jedoch nicht mehr daraus selbst direkt abgeleitet oder verständlich gemacht werden können.” (LUKÁCS, 1987, p. 196)

⁸ Vale lembrar aqui o tratamento conferido por Lukács aos problemas axiológicos desenvolvidos na segunda seção do capítulo “O trabalho”. Não há uma derivação dos valores morais, estéticos etc. a partir da forma originária, mas a consideração da gênese permite compreender que todo valor é sempre uma forma objetiva de objetividade social. Tratei desse problema em minha dissertação de mestrado, à qual remeto os leitores interessados no tema (cf. FORTES, 2001).

entre categorias não são da mesma ordem, relevância e grau. Quanto à sobreordenação, podemos dizer que ela possui um duplo caráter: dada categoria pode aparecer como elemento mais decisivo na condução do processo e da dinâmica do complexo (momento preponderante), ou mesmo como elemento que atua como pressuposto necessário para a existência de outras categorias (prioridade ontológica).

Quanto ao segundo princípio, podemos dizer que seu caráter de pressuposto necessário confere a um elemento a *prioridade ontológica* sobre os outros elementos que somente podem vir a existir apoiados sobre este. Sua prioridade consiste na demarcação da ordem de sucessão das categorias, nas palavras de Lukács, ao fato ontológico decisivo, segundo o qual “a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível”. Afirmar isso é dizer algo similar à tese materialista segundo a qual “o ser tem a prioridade ontológica em relação à consciência” (LUKÁCS, 2012, p. 307).

São vários os exemplos em que se pode aplicar esse princípio ontológico decisivo. Lukács demonstra, a este respeito, a prioridade que a natureza inorgânica possui sobre a natureza orgânica – todo ser vivo não pode prescindir da relação com os seres inorgânicos (relação da planta com os nutrientes do solo, com o Sol etc.) –, assim como ambas as formas do ser – inorgânico e orgânico – assumem a condição de pressuposto para a existência do ser social. Os seres inorgânicos podem existir sem os seres orgânicos, porém o contrário não pode acontecer. O mesmo se pode dizer em relação ao ser social, o qual não pode prescindir das outras formas do ser, que aparecem diante dele como prioridade ontológica.

Em suma, verificamos que as categorias da esfera do ser inorgânico constituem a base necessária para o desdobramento da reprodução das formas de ser imediatamente superiores. Sem essa base, as formas mais elevadas do ser não poderiam se realizar. Entretanto, essa condição de prioridade ontológica passível de ser atribuída aos complexos inferiores não constitui o elemento decisivo da dinâmica de desenvolvimento das formas superiores do ser. Nessas últimas, o devir histórico de seus desdobramentos vem sempre acompanhado de outras categorias e complexos que, além de constituírem a especificidade da nova forma do ser – a *diferença específica* –, determinam de modo preponderante a coordenação e a orientação de seu processo de reprodução e de desenvolvimento. A tendência que vigora de maneira decisiva nos desdobramentos das formas do ser é marcada pela subsunção das propriedades e atributos dos graus inferiores àqueles mais complexos e evoluídos⁹.

⁹ A esse propósito Lukács argumenta demonstrando como a nutrição e a sexualidade humanas, embora nunca possam superar a base natural de sua constituição, realizam-se por meio da conjugação com categorias especificamente sociais, ou seja, de um modo

Desse modo, as categorias dos graus inferiores, quando retornam nos graus superiores, são assimiladas e alçadas a um novo patamar, configurando na nova escala do ser um elemento articulado no interior do complexo, suportando deste modo a “supraconfiguração” e a “supraconstrução”. Basta pensar, para entender estas determinações, na sexualidade (sedução) e na nutrição (culinária) humanas que assumem no ser social caráter completamente distinto dos processos presentes nos seres da natureza orgânica – em outras palavras, as necessidades biológicas adquirem no homem caráter eminentemente social, sem nunca abandonar em definitivo a base biológica sobre a qual sempre se apoia. Momento preponderante são as categorias especificamente sociais que ditam as diretrizes do devir homem do homem. (FORTES, 2013, p. 38)

Se, portanto, a constituição biológica constitui a prioridade ontológica, o pressuposto insuperável para a existência do ser social, o desenvolvimento desta forma do ser possui como momento preponderante as categorias que lhes são peculiares, aquelas categorias que determinam a *diferença específica* com as formas do ser imediatamente anteriores.

Retomando a análise do trabalho, tema central de nossa reflexão, vemos como esse complexo possui igualmente o mesmo caráter de prioridade ontológica para outros elementos do ser social surgidos nas formas superiores da prática social. Essas considerações são postas à luz por meio da análise do valor e do valor de uso empreendida por Lukács no capítulo destinado a Marx. Vale recordar a advertência de Lukács segundo a qual a consideração abstrativante do trabalho o toma como uma atividade essencialmente produtora de valor de uso. Na forma originária do trabalho não se encontra ainda presente o “valor”. Este último é o resultado do desdobramento histórico, é uma categoria específica da sociabilidade capitalista.

Conforme demonstrei em outra ocasião, essa relação se mostra do seguinte modo:

O valor de uso demarca a relação necessária do homem com a natureza; o homem necessita produzir os meios de sua existência e sob este aspecto qualquer sociedade necessariamente apresenta dinâmicas particulares que sempre se processam sobre esta base. A prioridade ontológica é atribuída à relação necessária entre o homem e a natureza como forma de produção e reprodução da própria vida, ou seja, a categoria social valor somente se efetiva no ato da reprodução que envolve necessariamente a relação entre o homem e a natureza, expressa de forma mais imediata na categoria valor de uso. Trata-se, pois, de uma realização que não

peculiarmente social. Na nutrição, não se trata apenas de suprir necessidades fisiológicas, mas, associado a esta necessidade, desenvolve-se no ser social o sentido do paladar, isto é, o desenvolvimento social de seus órgãos sensoriais. Observações semelhantes são feitas em relação à sexualidade. É a isso que Lukács designa como categorias sociais mistas.

pode prescindir da anterioridade das efetivações materiais, mas que apresenta como diretriz *preponderante* do processo de desenvolvimento do ser social a categoria valor. O valor, determinado como *momento preponderante* da esfera econômica na forma peculiar da sociabilidade do capital, surge apoiado sobre o valor de uso, possui esta base como seu pressuposto, mas se torna no interior das relações humanas a categoria decisiva, de onde se originam as diretrizes sobre as quais se encontram emaranhados os elementos que dinamizam o curso do processo social. (FORTES, 2013, p. 153)

Quanto à sociabilidade, no decurso tendencial de seus desdobramentos, há a primazia da categoria valor, que age como o elemento preponderante da dinâmica societária capitalista. No entanto, o pressuposto de sua existência é o valor de uso, ou seja, o valor precisa necessariamente erguer-se sobre uma objetividade produzida mediante o trabalho. O valor é determinado como “categoria social pura”. É o produto exclusivo das relações sociais que os homens estabelecem entre si, pois nelas não existe um resquício sequer de naturalidade. Bastaria relembrar a afirmação do próprio Marx segundo a qual “até o momento presente, nenhum químico descobriu valor de troca em pérolas ou diamantes” (MARX, 1968, Band 23, p. 52). Isso não coloca o valor como uma ilusão, ou simples efeito de perspectiva assumida pela consciência dos homens. O valor é uma forma objetiva de objetividade social. Segundo as afirmações de Marx, é uma categoria sensível-suprassensível. O valor é uma forma da relação social que se coisifica colando no corpo da mercadoria a qualidade própria do produto social de interação. O valor não se põe, portanto, na consciência dos homens, mas constitui parte do próprio objeto sobre o qual ele imprime sua característica específica. Torna-se atributo da própria coisa¹⁰.

Para se compreender o caráter objetivo do valor é preciso

colocar-se acima daquela visão primitiva da realidade, segundo a qual só se reconhece como materialidade, aliás como objetivamente existente, a coisidade, atribuindo todas as demais formas de objetividade (relações, conexões etc.), assim como

¹⁰ Ao tratar da forma assumida pelo trabalho na sociabilidade do capital Marx esclarece: “O caráter misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais” (MARX, 2013, p. 147). E, mais à frente, acrescenta: “Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 148).

todos os espelhamentos da realidade que se apresentam imediatamente como produtos do pensamento (abstrações etc.) a uma suposta atividade autônoma da consciência (LUKÁCS, 2012, pp. 314-5).

Nesse sentido, as relações entre os homens assumem o caráter de relações objetivas, ou seja, as forças, relações são também elementos materiais concretamente existentes na realidade. É uma objetividade social criada pelas relações estabelecidas entre os homens no ato de sua reprodução material na sociedade.

Desse modo, vale salientar, o valor não se coloca como derivação direta das categorias próprias do complexo do trabalho, mas passa a existir no âmbito do trabalho sobredeterminado, no contexto de suas interações com os outros complexos da totalidade social, neste caso, especificamente, a reprodução característica do modo de produção capitalista.

Em síntese, considerando os indicativos do próprio texto lukacsiano, a distinção mais plausível de ser feita entre ambos os princípios é tomar a prioridade ontológica como a afirmação da anterioridade da existência de determinados complexos ou categorias como base necessária para a existência de outros complexos – nesse caso, categoria valor de uso como pressuposto do valor – e o *momento preponderante* como correspondente à primazia de determinada categoria na dinâmica interna dos complexos, ou seja, o *valor* como elo tônico da articulação categorial da esfera produtiva.

István Mészáros se aproxima muito dessas determinações ao tratar das noções de “mediação de primeira ordem” e “mediação de segunda ordem”. Suas observações nos auxiliam a compreender a natureza do problema abordado por Lukács. O conjunto das categorias e determinações inerentes ao complexo trabalho é entendido como mediações de primeira ordem. No trabalho alienado discutido por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos* manifesta-se a segunda ordem dessas mediações. Segundo Mészáros:

O que Marx combate como alienação não é a mediação em geral, mas uma série de mediações de segunda ordem (propriedade privada – intercâmbio – divisão do trabalho), uma "mediação da mediação", isto é, uma mediação *historicamente específica* da automeiação *ontologicamente fundamental* do homem com a natureza. Essa “mediação de segunda ordem” só pode nascer com base na ontologicamente necessária "mediação de primeira ordem" – como a *forma* específica, *alienada*, desta última. Mas a própria "mediação de primeira ordem" – a atividade produtiva como tal – é um fator ontológico absoluto da condição humana. (MÉSZÁROS, 1981, p. 74)

São elementos provenientes de complexos parciais distintos da totalidade social, que confluem em uma unidade, conferindo determinações

diversas daquelas existentes no trabalho em sua forma originária. O trabalho estranhado é a unidade dos fatores determinantes de primeira ordem e de segunda ordem. Esses últimos se realizam necessariamente sobre essa base. O sentido posto em evidência é o trabalho como prioridade ontológica, que nas formas superiores da sociabilidade é sobredeterminado, sobreconformado pela totalidade do processo social.

As elucidações de ambos os princípios ontológicos guardam forte relação com a terceira determinação fundamental da análise lukacsiana do trabalho: abstração isoladora. Cumpra agora analisá-la.

A análise do trabalho como abstração isoladora

A determinação da gênese do ser social, a explicitação do trabalho como forma originária de toda práxis do ser social, guarda forte relação com a estrutura expositiva da segunda parte de sua obra. Vale lembrar, a composição do segundo tomo é constituída por quatro capítulos – “O trabalho”, “A reprodução”, “O ideal e a ideologia” e “O estranhamento” – e recebe o título: O complexo de problemas mais importantes do ser social. Tal divisão em capítulos significa que o ser social deve ser compreendido como um complexo de complexos. O modo da exposição traçado em sua ontologia propõe analisar cada um desses complexos abordando o crescente grau de complexidade que leva de uma totalidade parcial a outra, demarcando as novas categorias e dinâmicas que surgem em cada um desses campos específicos da prática social. O capítulo “O trabalho” constitui o início da análise, a demonstração do complexo originário do ser social. Porém apenas a determinação da gênese não basta. Sob esse aspecto a ontologia do ser social não pode prescindir dos outros complexos, visto que – quanto às determinações posteriores, advindas com os outros complexos dessa forma do ser – são igualmente decisivos para a compreensão da ampla dimensão das atividades e do ser do homem. Tal aspecto nos permite afirmar que o entendimento da *Ontologia* compreende a leitura da integralidade de sua obra, pois várias categorias decisivas, nem sequer mencionadas nos primeiros capítulos, são postas em evidência com o decorrer do desdobramento de suas reflexões, ou seja, com a intensificação analítica das várias dinâmicas e complexos do ser social¹¹.

¹¹ Bastaria lembrar as palavras do próprio autor, no Capítulo 3, “O ideal e a ideologia”, em que retoma a análise do trabalho e demonstra que aquilo que havia sido tratado no primeiro capítulo por meio do caráter de “realização” do trabalho deve ser, dadas as novas necessidades investigativas, desdobrado no par categorial “objetivação” e “alienação”. “O que, no capítulo sobre o trabalho, formulamos simplificada e como realização em oposição à realidade, para não suscitar, naquele estágio inicial, nenhum problema insolúvel, que nem mesmo poderia ser formulado adequadamente, só agora recebe sua

Essas considerações remetem de maneira direta ao modo como Lukács compreende o problema do procedimento investigativo e da forma expositiva presente nas obras de Marx. A forma da exposição de seu livro acompanha o modo como Marx tece o “edifício conceitual de *O capital*”. Conforme afirma o próprio autor, “O que fazemos é, pois, uma abstração *sui generis*; do ponto de vista metodológico há uma semelhança com as abstrações das quais falamos ao analisar o edifício conceitual de *O capital* de Marx” (LUKÁCS, 2013, p. 44). Desse modo, para entender o caráter das abstrações promovidas por Lukács no capítulo inicial de sua obra devemos nos reportar à consideração do problema das investigações em Marx.

Por essa razão, para desemaranhar a questão, devemos recorrer ao método marxiano das duas vias, já por nós analisado: primeiro decompor, pela via analítico-abstrativa, o novo complexo do ser, para poder, então, a partir desse fundamento, retornar (ou avançar rumo) ao complexo do ser social, não somente enquanto dado e, portanto, simplesmente representado, mas agora também compreendido na sua totalidade real. (LUKÁCS, 2013, p. 46)

No capítulo sobre “Os princípios ontológicos fundamentais de Marx”, Lukács se debruça sobre o problema da determinação do método investigativo marxiano. Sua preocupação envolve desde a avaliação do papel das abstrações no trabalho de investigação das categorias da economia até o modo peculiar da exposição dessas no interior de sua obra – *O capital*.

Em *O capital*, podemos verificar todo o movimento identificado como o caminho que leva aquilo que ele designa como abstrações isoladoras até a viagem de retorno às categorias que se encontram nas camadas mais superficiais das relações sociais.

Na tentativa de determinar em nível de extrema generalidade os princípios decisivos da sua construção [*O capital*], podemos dizer, à guisa de introdução, que ela tem como ponto de partida um vasto processo de abstração, a partir do qual, por meio da dissolução paulatina das abstrações metodologicamente indispensáveis, abre-se o caminho que conduz, etapa após etapa, à apreensão ideal da totalidade em sua concreticidade clara e ricamente articulada. (LUKÁCS, 2012, p. 309)

Referindo diretamente a forma expositiva de *O capital*, Lukács demonstra como a construção marxiana da estrutura de sua obra prescreve os princípios fundamentais do procedimento investigativo e do modo de

determinação conceitual precisa.” (LUKÁCS, 2013, p. 419) Tal procedimento de retomar e determinar a presença de novas categorias em conformidade ao complexo efetivo que se analisa é uma das características mais decisivas das reflexões lukacsianas. As categorias assumem no pensamento o caráter de um processo dinâmico, cuja multifacetada gama de interações categoriais é apreendida mentalmente por meio da análise do campo efetivo de influência de suas determinações, ou seja, por meio da decomposição analítica da relação concreta das categorias constitutivas da realidade.

exposição por ele discutidos. A exposição de Marx parte da *abstração sui generis* para, na sequência, de maneira sempre intensificada, trazer para o interior da análise outros elementos do complexo da realidade, recompondo no pensamento as articulações categoriais concretamente existentes, até finalmente, figurar os elementos mais relevantes da totalidade social – no caso em questão, da totalidade dos processos da reprodução econômica na sociabilidade do capital.

Basta pensar que o início da obra marxiana se debruça sobre um momento bastante abstrato de suas reflexões, a análise da mercadoria como unidade mais elementar do processo de produção capitalista, e parte daí o desvelamento da teoria do valor. Da determinação do valor como peculiaridade da sociedade capitalista até a reposição das categorias mais superficiais da sociabilidade do capital percorre-se um caminho que vai da abstração isoladora – a mercadoria, o valor, tomado como elemento central da análise – até culminar no manuscrito inacabado sobre as classes no Livro III, em que se tomam em consideração as formas concretas mais imediatas da expressão societária das várias classes existentes. Nesse sentido, Lukács considera:

A construção do conjunto da própria obra mostra que Marx lida mesmo com uma abstração, não obstante toda a evidência do mundo real. A composição do livro consiste em introduzir de maneira contínua novos elementos e tendências ontológicas no mundo reproduzido inicialmente sobre a base dessa abstração; consiste em revelar de modo científico novas categorias, tendências e conexões surgidas desse modo, até o momento em que temos diante de nós, e compreendemos, a totalidade da economia enquanto centro motor primário do ser social. O passo seguinte, necessário, conduz ao próprio processo em sua totalidade, compreendido inicialmente em sua generalidade. (LUKÁCS, 2012, pp. 322)

Se relembarmos aqui as primeiras linhas do manuscrito do Livro III de *O capital*, veremos como é o próprio Marx quem explicita de maneira clara a estrutura geral de sua obra, ao salientar a forma da exposição assumida em seu livro. Este inicia pela explicitação do processo da produção capitalista tomado em si mesmo separadamente daquilo que ele refere como influências secundárias, prosseguindo em seu curso analítico por meio da intensificação gradativa dos diversos níveis de complexidade da economia – elucidação da gênese de outras categorias e processos (a circulação) –, até a elucidação detalhada do modo pelo qual a economia aparece na superfície da sociedade, como dado imediatamente perceptível.

No primeiro livro investigamos os fenômenos que o processo de produção capitalista, tomado em si mesmo, apresenta como processo de produção imediato, abstraindo ainda de todas as influências secundárias de circunstâncias a este estranhas. Mas este processo de produção imediato não esgota o curso da

existência do capital. Esse, no mundo da realidade, vem completado pelo processo de circulação, o qual constitui objeto de investigação do segundo livro. Ali se mostrava, sobretudo na terceira seção que trata do processo da circulação como mediação do processo de reprodução social, que o processo de produção capitalista, considerado como um todo, é unidade dos processos de produção e de circulação. Não se trata neste terceiro livro de expor reflexões gerais sobre esta unidade. Trata-se muito mais de descobrir e expor as formas concretas do processo de movimento do capital, considerado como um todo. No seu momento real, os capitais se enfrentam nestas formas concretas; em relação a elas, tanto a figura do capital do processo imediato da produção como a figura do processo de circulação aparecem somente como momentos particulares. A conformação do capital, que nós desenvolvemos neste livro, avizinha-se gradativamente das formas em que essas se apresentam na superfície da sociedade, nas ações dos diversos capitais uns com os outros, na concorrência e na consciência comum dos próprios agentes da produção. (MARX, 1968, Band 25, p. 33)

Os três momentos da investigação descritos diretamente pelo pensador alemão expressam os graus diferentes da forma expositiva de sua obra. O Livro I, primeiro momento de sua exposição, põe no centro da análise apenas o processo de produção capitalista, abstraindo de maneira provisória toda “influência secundária” “estranha” a este momento específico. Tal procedimento visa a decompor da maneira mais precisa possível os elementos peculiares desse complexo parcial da economia, ou seja, descrever seus meandros internos da maneira mais precisa possível, identificando suas categorias e a forma como elas se articulam no interior dessa totalidade parcial. O Livro II põe em curso a dissolução das abstrações iniciais. A discussão do processo da circulação intensifica a análise, aproximando-a de maneira paulatina das formas mais concretas da totalidade das dinâmicas econômicas (basta pensar que as relações de produção são pensadas nesse momento como uma unidade com o processo de circulação, aspecto que não havia sido tratado no Livro I). O Livro III objetiva “expor as formas concretas do processo de movimento do capital considerado um todo”. De posse do desvelamento das principais tendências inerentes à sociabilidade do capital, suas categorias, seus complexos devidamente analisados e problematizados, é possível empreender a elucidação das formas mais imediatas de manifestação da sociabilidade, revelando desse modo sua articulação com as determinantes mais decisivas dos processos sociais. Todo o caminho empreendido evita incorrer no risco de tomar as formas fenomênicas mais imediatas como dados essenciais, perenes e naturais da própria sociedade, aspecto usual em vários economistas criticados por Marx. Nesse sentido, como afirma o pensador alemão, “toda ciência seria desnecessária se fenômeno e essência

coincidissem imediatamente” (MARX, 1968, Band 25, p. 825).

Para Lukács, nessas passagens se anuncia de maneira clara o processo da abstração isoladora até a derradeira *dissolução das abstrações* empreendida nos dois livros anteriores:

De qualquer modo, o problema do Livro III é o seguinte: no interior do ciclo total, agora compreendido, investigar as legalidades que regulam os atos econômicos singulares, e não apenas para si, mas precisamente no quadro da compreensão da totalidade do processo. Contudo, esse influxo dos atos singulares sobre o processo global, capaz de modificar ontologicamente as categorias, tem duas premissas histórico-reais: em primeiro lugar, o crescimento das forças produtivas com seus efeitos de rebaixamento do valor; em segundo, a ampla possibilidade que tem o capital de migrar de um ramo para outro. Ambos os processos pressupõem, por seu turno, um grau relativamente elevado de desenvolvimento da produção social, o que mostra novamente como as categorias econômicas, em sua forma pura e explicitada, requerem uma existência evoluída no funcionamento do ser social; em outras palavras, a sua explicitação enquanto categorias, a superação categorial da barreira natural, são resultado do desenvolvimento histórico-social. (LUKÁCS, 2012, p. 327)

Lukács refere, nessa retomada da obra marxiana, o duplo caminho necessário para a correta exposição e apreensão das categorias e dos complexos constitutivos da realidade. Conforme analisei em outro momento, em Lukács:

O processo de formação ideal das categorias consiste na apreensão dos traços gerais de elementos concretamente existentes em determinados complexos da forma do ser analisada. Abstrai-se nesse primeiro movimento de análise o complexo de interações da categoria – tais como suas determinações e peculiaridades históricas, sociais, de circunstância etc. – focalizando a atenção nos atributos mais gerais e preponderantes de tal elemento ou complexo parcial de elementos. O trabalho inicial de análise impõe a decomposição dos elementos da realidade por via das aqui designadas abstrações isoladoras. Elas são os instrumentos abstrativos que permitem a aproximação mais criteriosa das efetivas categorias do complexo estudado. Entendidas por meio dessas determinações, as categorias representadas no pensamento não aparecem definidas como conceitos formulados teoricamente ou definições hipotéticas tomadas como pontos de partida do conhecimento; pelo contrário, são determinações, apesar de gerais e isoladas, provenientes da própria matéria estudada. As categorias figuradas no pensamento são “complexos processuais do ser”, expressam idealmente traços efetivos de “complexos totais” postos em destaque pelo trabalho de isolamento abstrativo. São, sem dúvida, figurações gerais constituídas pelo tratamento abstrativo, porém isto não significa que sejam

criações ou produtos unilaterais do pensamento. Este caminho leva do concreto imediato até a síntese abstrata e ainda “rarefeita” de elementos da totalidade. (FORTES, 2013, p. 139)

O tratamento analítico não se vê encerrado ao findar esse primeiro movimento investigativo posto pelo percurso do isolamento abstrativo. O primeiro passo delineado pela abstração isoladora constitui apenas o movimento inicial por meio do qual se procura apreender na realidade os elementos mais gerais ali presentes, sem determinar ainda, nesse primeiro momento, a forma efetiva da sua interação com os outros complexos e categorias da totalidade. A “viagem de retorno”, expressão usada pelo próprio Marx nos *Grundrisse*, dá início ao movimento de especificação, trazendo para o interior da análise os nexos reais, o ordenamento categorial efetivamente existente, ampliando a investigação de modo a abordar toda a gama de complexidade da realidade. Desse modo, o pensamento busca abarcar da maneira mais precisa possível a figuração ideal da riqueza de determinações e relações da realidade. Na compreensão de Marx, na culminação desse processo de apreensão ideal, o concreto – nos termos lukacsianos seria a totalidade – “aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o verdadeiro ponto de partida e, por conseguinte, igualmente o ponto de partida da visão imediata e da representação” (MARX, 2011, p. 21).

O procedimento de percorrer o caminho que leva das abstrações isoladoras até a necessária dissolução das abstrações corresponde à estrutura expositiva assumida por Lukács em sua obra. O complexo trabalho aparece analisado isoladamente, no intuito de explicitar e determinar os meandros internos desse complexo parcial do ser social. Sua decomposição analítica é o instante inicial da reflexão; uma vez concluída, deve necessariamente ser posta em discussão junto com sua interação ineliminável com os outros complexos dessa forma de ser. O movimento descrito pela análise dos complexos do ser social conduz da investigação do trabalho até a consideração dos estranhamentos presentes na sociabilidade do capital. No último capítulo as abstrações são desfeitas, fazendo aproximar a análise das condições reais do homem na contemporaneidade, seus conflitos e principais problemas postos na dimensão imediata da vida cotidiana. Todo o percurso é necessário exatamente para evitar cometer os mesmos equívocos de Heidegger: tomar os processos de estranhamento como “*condition humaine* absoluta e imutavelmente dada” (LUKÁCS, 2012, p. 84), própria do ser do homem, descurando assim do seu autêntico caráter histórico. A historicidade do fenômeno do estranhamento somente pode ser demonstrada após percorrer todo o decurso do devir homem do homem, demonstrando em seus fundamentos o homem como um ser que se autoproduz – mesmo nos processos societários da destituição da humanidade do homem.

O primeiro capítulo constitui a análise que tomou em consideração apenas o complexo trabalho, colocando provisoriamente de lado os outros complexos da prática social. Nesse sentido, faz-se de maneira consciente a análise em separado da forma originária da prática social, por meio da abstração analítica do complexo trabalho. A advertência para esse aspecto é posta de maneira evidente já nas primeiras páginas do capítulo inicial:

O que fazemos é, pois, uma abstração *sui generis*; do ponto de vista metodológico há uma semelhança com as abstrações das quais falamos ao analisar o edifício conceitual de *O capital* de Marx. Sua primeira dissolução começará já no segundo capítulo, ao investigarmos o processo de reprodução do ser social. Como ocorre também em Marx, essa forma de abstração, no entanto, não significa que se fazem desaparecer problemas desse tipo – mesmo que de maneira provisória –, mas apenas que aparecem aqui, por assim dizer, à margem, no horizonte, e que a investigação adequada, concreta e total a respeito deles é reservada para os estágios mais desenvolvidos das considerações. Eles só aparecem provisoriamente à luz do dia quando estão imediatamente ligados ao trabalho – considerado abstratamente –, quando são consequência ontológica direta dele. (LUKÁCS, 2013, pp. 44-5)

No primeiro parágrafo que abre o segundo capítulo de sua *Ontologia*, “A reprodução”, Lukács retoma o problema da abstração analítica que caracterizou sua investigação do trabalho no primeiro capítulo, demarcando o “lugar correto” desse complexo no interior da totalidade do ser social.

No capítulo anterior, ressaltamos que com a análise do trabalho como tal efetuou-se uma abstração bastante ampla. Com efeito, o trabalho enquanto categoria desdobrada do ser social só pode atingir sua verdadeira e adequada existência no âmbito de um complexo social processual e que se reproduz processualmente. Por outro lado, essa abstração foi inevitável, já que o trabalho é de importância fundamental para a peculiaridade do ser social e fundante de todas as suas determinações. Por isso mesmo, todo fenômeno social pressupõe, de modo imediato ou mediato, eventualmente até remotamente mediato, o trabalho com todas as suas consequências ontológicas. Dessa situação ambígua decorreu que, em muitos pontos, apesar da abstração metodologicamente necessária, nossa análise do trabalho tivesse de ir além ou ao menos apontar para além do trabalho isolado em termos artificialmente abstrativos. É só com base nessas investigações que estamos agora em condições de examinar o trabalho como base ontológica do ser social em seu lugar correto, no contexto da totalidade social, na inter-relação daqueles complexos de cujas ações e reações surge e se afirma o trabalho. (LUKÁCS, 2013, p. 159)

A insistência em advertir para os possíveis desvios ou considerações que negligenciem o caráter abstrativo de suas considerações iniciais é frequente no texto de Lukács, conforme demonstram passagens aqui

reproduzidas. Não se podem generalizar as determinações advindas da análise do trabalho transpondo-as de maneira imediata para as outras instâncias do ser social. O “lugar correto” desse complexo pressupõe sua inter-relação com os outros complexos do ser social, desse modo, o trabalho somente pode se afirmar em suas “ações e reações” no contexto da “totalidade social”. Portanto, dizer que “todo fenômeno social pressupõe (...) o trabalho com todas as suas consequências ontológicas” (LUKÁCS, 2013, p. 159) não é de modo algum atribuir a essa categoria um determinismo unívoco de todas as outras esferas e dimensões da práxis social, muito menos compreender as práticas superiores do ser social como simples prolongamentos complexificados dessa base. Por “pressuposto” deve-se entender que todas as outras formas da prática humano-societária não podem prescindir dessa base elementar, ou seja, assentam-se sobre ela, realizam-se apoiadas sobre esse “chão” de sustentabilidade, porém não são meros derivativos do trabalho.

Não por acaso, após concluir sua investigação sobre o complexo trabalho, Lukács declara de maneira evidente:

Com essas considerações – e também antes, quando nos referíamos às formas fenomênicas superiores da práxis humana –, ultrapassamos o trabalho no sentido que lhe atribuímos aqui. Fomos obrigados a fazê-lo, uma vez que o trabalho no sentido de simples produtor de valores de uso é certamente o início genético do devir homem do homem, mas contém, em cada um dos seus momentos, tendências reais que levam, necessariamente, para muito além desse estado inicial. E mesmo que esse estado inicial do trabalho seja uma realidade histórica, cuja constituição e construção tenham levado um tempo aparentemente infinito, com razão chamamos nossa afirmação de abstração, uma abstração razoável no sentido de Marx. Ou seja, sempre deixamos de lado conscientemente o entorno social – que necessariamente surge simultaneamente com aquele – com o fim de poder estudar as determinações do trabalho na sua máxima pureza possível. É óbvio que isso não era possível se não se mostrassem, continuamente, as afinidades e antíteses do trabalho com complexos sociais mais elevados. Parece-nos que agora chegamos ao momento em que essa abstração deve e pode ser definitivamente superada, ao momento no qual podemos enfrentar a análise da dinâmica fundamental da sociedade, o seu processo de reprodução. Esse será, exatamente, o conteúdo do próximo capítulo. (LUKÁCS, 2013, pp. 156-7)

Colocar provisoriamente de lado o “entorno social” destaca de maneira evidente que nesse instante provisório da análise foram deixados de lado diversos elementos decisivos do processo de desdobramento do ser social. O isolamento abstrativo sob o qual foi considerado o trabalho eliminou, por exemplo, os aspectos históricos de sua constituição. Foi igualmente posto à parte – provisoriamente, é claro – o fato de não haver

realização histórica do trabalho sem a presença das relações sociais que os homens estabelecem entre si. Tomou-se como elemento apenas a relação homem e natureza, abstraindo-se nesse instante inicial toda uma ampla gama de categorias e complexos que necessariamente, na realidade, compõem juntamente com o trabalho as dimensões mais fundamentais do ser social.

Terminado o percurso da abstração isoladora, cumpre na sequência expor “as afinidades e antíteses do trabalho com os complexos sociais mais elevados”, ou seja, dissolver a abstração inicial com o objetivo de mostrar sua interação com os complexos da práxis social. Uma vez imerso na totalidade das formas da sociabilidade, o complexo trabalho também interage com outros complexos, sofrendo com isso modificações em sua constituição. Os traços mais gerais se mantêm, no entanto, a forma de sua realização histórica apresenta transformações significativas, que devem ser analisadas na especificidade de sua efetivação.

Aqui cabe ainda mais uma citação para enfatizar de maneira definitiva esses aspectos das considerações lukacsianas:

Com efeito, o fenômeno originário da economia, o trabalho – considerado ontologicamente –, constitui um ponto de cruzamento das inter-relações entre as legalidades da natureza e as da sociedade. Todo trabalho pressupõe o conhecimento das leis da natureza que regem aqueles objetos e processos que o pôr teleológico do trabalho intenciona aproveitar para fins humano-sociais. Mas também vimos que o metabolismo entre sociedade e natureza realizado no trabalho logo verte aquilo que entra em cogitação para esse processo em formas especificamente sociais, em formas da legalidade, que – em si – não têm qualquer relação com as leis da natureza e devem permanecer totalmente heterogêneas em relação a elas. (LUKÁCS, 2013, p. 278)

Mais à frente conclui:

Portanto, todo processo de trabalho é determinado tanto pelas leis da natureza como pelas da economia; contudo, o processo do trabalho (e o produto do trabalho) não pode ser entendido meramente a partir dessa sumarização, a partir de sua homogeneização, mas somente como o ser-propriadamente-assim que nasce dessas interações específicas, precisamente nessas relações, proporções etc. específicas. Em termos ontológicos, esse ser-propriadamente-assim é o primordial, enquanto as leis operantes só se tornam concretamente operativas, socialmente existentes, como portadoras de tal síntese específica. (LUKÁCS, 2013, p. 278)

O ser-propriadamente-assim é a forma concreta da sua efetivação histórica. O trabalho, por constituir parte de um complexo maior, qual seja, o da reprodução, modifica-se em conformidade com as determinações histórico-sociais nas quais se encontra inserido. Sofre a ação do *momento*

preponderante característico da sociabilidade do capital, ou seja, do valor; ainda que se mantenha como o pressuposto necessário, como a *prioridade ontológica* deste, o trabalho se efetiva sob uma configuração particular, refletindo o caráter decisivo das leis tendenciais da sociabilidade na qual se realiza. O trabalho, portanto, nunca ocorre de maneira isolada, em sua forma pura, trazida à luz por meio da análise abstrativa do complexo. Apenas do ponto de vista elucidativo pode figurar sem a interferência real e concreta da determinação dos outros complexos da prática social.

Não se trata, portanto, de negar a importância do trabalho, mas de colocá-lo em seu devido lugar na análise, isto é, explicitar o seu caráter de base ontológica fundamental, sua função de *prioridade ontológica*. Tal afirmação significa que, enquanto base, ele sofre a determinação de outros momentos da dinâmica social. O trabalho, considerado a partir da dinâmica interna de suas categorias, não introduz e nem mesmo explica as diretrizes e orientações mais gerais da sociabilidade capitalista, mas sofre as consequências diretas das tendências sociais preponderantes desta totalidade. Pelo fato de ser um pressuposto necessário, a base para a realização de complexos superiores, sofre a reconfiguração por parte das categorias sociais puras que modificam e sujeitam o próprio chão [*Boden*] sobre o qual se apoiam. Na totalidade da forma social da produção capitalista o trabalho assume as feições ditadas por essas leis tendenciais. O trabalho torna-se trabalho estranhado, na medida em que a sociabilidade do capital o subjeta às suas formas específicas de produção. Não é o trabalho – entendido aqui por meio de suas categorias específicas advindas de uma relação direta com a natureza – que explica a forma da sociabilidade capitalista, mas esta última que o explica, na medida em que determina sua conformação no interior dessa sociabilidade. Os fundamentos sociais das relações dos homens modificam a própria relação do homem com a natureza.

Para Lukács, por isso, a peculiaridade das totalidades parciais constitutivas do ser social “é determinada não só pela legalidade própria do complexo parcial, mas simultaneamente e sobretudo também por sua posição e função na totalidade social” (LUKÁCS, 2013, p. 306). A categoria totalidade possui um peso decisivo nas considerações finais feitas acerca do ser social. Cada complexo parcial, muito embora regido pela lógica inerente de suas categorias e interações categoriais, em última instância, repercute na forma efetiva de sua realização as determinações de totalidade. O capítulo “A reprodução” retira o complexo trabalho da sua abstração e o recoloca em seu devido lugar, nos contextos históricos concretos dos desdobramentos da totalidade do ser social. Por este motivo, sempre é necessário ter em mente que, para Lukács,

o ser social é um complexo composto de complexos, cuja reprodução se encontra em variada e multifacetada interação

com o processo de reprodução dos complexos parciais relativamente autônomos, sendo que à totalidade, no entanto, cabe uma influência predominante no âmbito dessas interações (LUKÁCS, 2013, p. 278).

Considerações finais

Não se trata de incorrer aqui em um preciosismo terminológico, mas de precisar de maneira clara e coerente as determinações apresentadas por Lukács em seu livro. Se por centralidade afirma-se o caráter do trabalho como base insuprimível de toda sociedade, isto é, trabalho como prioridade ontológica, não há nada a se contestar em relação ao uso do termo. Porém, se se quer com essa terminologia sustentar a presença de uma “ontologia do trabalho” em Lukács – ou até mesmo em Marx – ou, ainda, proferir considerações que sustentem ideias estranhas à letra lukacsiana, tais como “o trabalho é a essência do homem”, o termo deve ser recusado com veemência. Lukács nunca, em nenhum de seus livros, fez qualquer afirmação de tal monta. Se o ser social é determinado como um “complexo de complexos”, é um flagrante reducionismo afirmar que a “essência do homem é o trabalho”, o que coloca tal afirmação – conforme denunciam alguns críticos – a poucos passos de uma suposta “ontologia do trabalho” em Lukács. Nada mais impreciso, mais incorreto e indevido quando confrontado com as determinações existentes nas obras de Lukács. Reduzir a essência do ser social ao trabalho é negligenciar as formas mais espiritualizadas da atividade social. É desconsiderar a totalidade social como um todo constituído por determinações reflexivas, cujo momento preponderante é o complexo da reprodução social (portanto, não o trabalho, mas o complexo no qual este se encontra inserido). Procedendo-se desse modo, corre-se o risco de incorrer no polo oposto das tendências idealistas contemporâneas, reduzindo o homem a uma simples materialidade tacanha e infértil, já que determinista. Tudo isso aparenta ser um retorno disfarçado às velhas teses do economicismo, segundo as quais a esfera da economia constituiria a determinação unívoca de todas as formas da prática social, estas últimas meros derivativos dessa base fundamental.

Se tudo o que dissemos ainda não for suficiente para contrapor os desvios vulgarizantes do pensamento de Lukács, restaria ainda o recurso de citar o problema da relação entre os reinos da necessidade e da liberdade que atravessa todo o conjunto de suas obras tardias (da *Estética* até um de seus últimos textos, contemporâneo à *Ontologia, O processo de democratização*).

Sobre o problema Lukács tece as seguintes considerações, advertindo para o fato de suas ideias entrarem

em choque com o materialismo histórico concebido de modo mecanicista, ou seja, com a ideia de que toda solução surge simplesmente como produto espontâneo e necessário do desenvolvimento da produção. Para Marx, o mundo da economia (que se chama de "reino da necessidade") será sempre, ineliminavelmente, a base daquela automação do gênero humano que se define como "reino da liberdade". Ao afirmar que o conteúdo essencial deste último reino é "o desenvolvimento das capacidades humanas como fim em si mesmo", Marx diz claramente que esta práxis se diferencia qualitativamente da ação econômica (ainda que entendida em seu sentido mais amplo). Ela não pode surgir como simples produto espontâneo, necessário, da atividade econômica, embora – e estamos diante de uma contradição da vida social, produtora de novidades – a práxis vinculada ao "reino da liberdade" só possa florescer "com base no reino da necessidade" (LUKÁCS, 2008, p. 112).

Na sequência, Lukács conclui, de modo taxativo:

O que se viu – e trata-se de um lado de decisiva importância para a ontologia da sociedade – foi que a meta a alcançar, o "reino da liberdade", é certamente algo qualitativamente diverso do "reino da necessidade", da economia, mas só pode ser instaurado com base neste último. Afirmer isso significa enunciar a dependência social na relação entre superestrutura e base e, ao mesmo tempo, a diferença qualitativa entre os dois "reinos". Com efeito, o "reino da liberdade" é agora bem mais do que aquilo que, nas sociedades de classes, desempenhava as funções da superestrutura. O salto ontológico se inicia já no fato de que, no socialismo, as posições ideológicas que estão na base da práxis econômica não podem deixar de adquirir, com nitidez cada vez maior, um caráter social unitário e direto. (LUKÁCS, 2008, p. 113)

Não é de modo algum uma posição que negligencia os fatores objetivos como fundamentos necessários para a revolução. No entanto, também não se restringe a tomar essa dimensão da dinâmica social como o princípio "espontâneo e necessário do desenvolvimento da produção". Em termos elucidativos, a importância das bases materiais – transformações na esfera da economia – para a criação de uma sociabilidade pós-capitalista é reforçada e apontada como processo fundamental, necessário, dentro de seus limites. Os aspectos objetivos devem ser construídos conjuntamente com os fatores subjetivos desse processo.

A liberdade neste campo [reino da necessidade] pode consistir somente nisso, que o homem socializado, isto é, os produtores associados, regulam racionalmente seu metabolismo com a natureza, o conduzem sob o seu controle comum, ao invés de ser por esse dominado como por uma força cega; que esse exerça sua tarefa com o menor emprego possível de energia e em condições mais adequadas à sua natureza humana e mais digna dessa. Mas este permanece sempre um reino da necessidade. Para além dele começa o desenvolvimento das capacidades humanas como fim

em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, que, todavia, somente pode florescer sobre a base desse reino da necessidade. (MARX, 1968, Band 25, p. 828)

Em termos claros: o homem não é reduzido à esfera econômica, muito menos à esfera do trabalho. Esses complexos são tomados em sua autêntica medida, isto é, como fatores preponderantes do complexo do ser social em sua totalidade. Contudo, é para além do reino da necessidade, muito embora apoiado sobre este, que “pode florescer” “o desenvolvimento das capacidades humanas” como fim em si mesmo. “Este desenvolvimento, por sua vez, implica um tipo de práxis que vai além da esfera econômica (além do "reino da necessidade", embora este seja ineliminável enquanto fundamento)” (LUKÁCS, 2008, p. 143).

Marx verbalizou de maneira clara os aspectos deste desenvolvimento em sua juvenil obra *Manuscritos econômico-filosóficos*:

a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é essa emancipação justamente pelo fato de esses sentidos e qualidades terem se tornado humanos, tanto subjetiva quanto objetivamente. O olho se tornou olho humano, do mesmo modo como o seu objeto se tornou um objeto social, humano, proveniente do homem para o homem. Por isso, imediatamente em sua práxis, os sentidos se tornaram teóricos. Eles se comportam em relação à coisa em função da coisa, mas a própria coisa é um comportamento humano objetivo perante si mesma e perante o homem e vice-versa. (...) A carência ou a fruição perderam, assim, a sua natureza egoísta e a natureza perdeu o seu caráter meramente utilitário, na medida em que a utilidade se tomou utilidade humana. Da mesma maneira, os sentidos e o espírito dos demais homens se tornaram a minha própria apropriação. Além desses órgãos imediatos, formam-se, por isso, órgãos sociais, na forma da sociedade, logo, por exemplo, a atividade em imediata sociedade com outros etc. tornou-se um órgão da minha exteriorização de vida e um modo de apropriação da vida humana (MARX, 1982, pp. 118-9).

Fique bem claro, porém, que não se trata da consideração isolada, da separação rígida entre dois fatores decisivos da dinâmica do ser social. Em Marx, para Lukács, os fatores objetivos e subjetivos dos processos sociais se encontram em relação dialética, em determinação de reflexão. Para Lukács, isso constitui o *tertium datur* entre o mecanicismo tacanho do marxismo vulgar e o pensamento idealista.

Marx certamente considera que a economia ("o reino da necessidade") é a "base" ineludível do comunismo ("o reino da liberdade"); com isso, ele se distancia fortemente de todo utopismo, mas, ao mesmo tempo, afirma que o "reino da liberdade" se situa "para além" do "reino da necessidade". Portanto, "o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo", que Marx considera a essência do comunismo, não pode ser considerado como um produto mecanicamente

espontâneo, ainda que complexo, do desenvolvimento econômico. Aliás, até mesmo quando ele enumera as condições econômicas do "reino da liberdade", afirma um momento que é certamente ligado à práxis econômica dos homens, mas que – em seu mais íntimo conteúdo – não pode derivar da dialética espontânea e imanente do desenvolvimento econômico. Referimo-nos ao seguinte: os homens, no estágio do "reino da liberdade", executam o trabalho "nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana". (LUKÁCS, 2008, p. 163)

A separação extrema entre as dimensões objetiva e subjetiva das atividades do ser social que compõem, em suas mais diversas implicações, a totalidade do ser social leva a deformações na compreensão precisa desta forma de ser. Várias vertentes do pensamento filosófico atual sustentam uma posição semelhante, em que

isola-se o papel ativo do homem nesse processo, desvincula-se a estrutura alternativa de sua práxis desses fatos realmente causadores da realidade, bem como de suas ações e retroações objetivas sobre os sujeitos dessas atividades. Através disso, é construída uma autonomia inextricável, infundada como base do seu ser e do seu devir; por outro lado, as mudanças adquirem um caráter enigmático quando se atribui ao "milieu" um poder mecânico-irresistível (LUKÁCS, 2013, p. 205).

Ao se tomarem as dimensões mais espiritualizadas da práxis humana sob a ótica de uma autonomia plena frente às formas mais elementares da atividade do homem, o trabalho, a economia, termina-se por promover a quase completa negligência dos processos que intercorrem entre o ser social e a dinâmica da natureza. Levadas aos extremos, tais construções conduzem à ideia de que no ser social a essência seria constituída por "comportamentos ideológicos 'puramente espirituais'", "enquanto a luta real dos homens reais por sua existência é posta em segundo plano como ponto baixo desprezível da existência" (LUKÁCS, 2013, p. 501). No outro extremo se constata a presença do fundamento determinista, para quem as atividades e processos do ser social são resultados mecânicos oriundos de esferas exteriores a esta esfera do ser. O pensamento de Lukács, suas reflexões e determinações sobre o complexo trabalho e os outros complexos do ser social visam a superar as contradições e aporias dos dois extremos aqui considerados criticamente.

Referências bibliográficas

- ABENDROTH, W.; HOLZ, H.; KOFLER, L. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- FORTES, Ronaldo Vielmi. *Trabalho e gênese do ser social na Ontologia de*

- Georg Lukács. 2001. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte.
- _____. *As novas vias da ontologia em György Lukács - as bases ontológicas do conhecimento*. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- HABERMAS, J. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- LUKÁCS, G. *Estética: la peculiaridad de lo estético t. II*. Barcelona: Grijalbo, 1967a.
- _____. *Estética: la peculiaridad de lo estético t. III*. Barcelona: Grijalbo, 1967b.
- _____. *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins Band 13/14*. Berlim: Luchterhand, 1986.
- _____. *Die Eigenart des Ästhetischen - Band II*. Berlim/Weimar: Aufbau-Verlag, 1987.
- _____. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- _____. *Para uma ontologia do ser social v. 1*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- _____. *Para uma ontologia do ser social v. 2*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- _____. *Ontologie de l'être social: le travail, la reproduction*. Paris: Éditions Delga, 2011.
- MARX, Karl. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. Berlim: Dietz Verlag, 1953.
- _____. "Das Kapital". In: *Marx/Engels Werke Band 23, 24 e 25*. Berlim: Dietz Verlag, 1968.
- _____. "Das Elend der Philosophie". In: *Marx/Engels Werke Band 4*. Berlim: Dietz Verlag, 1974.
- _____. "Ökonomisch-philosophische Manuskripte". *MEGA I, 2*. Berlim: Dietz Verlag, 1982.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.
- _____. *O capital I. I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- TERTULIAN, N. "Préface". In: LUKÁCS, G. *Ontologie de l'être social: le travail, la reproduction*. Paris: Éditions Delga, 2011.
- VEDDA, Miguel. "Posição teleológica e posição estética: sobre as inter-relações entre trabalho e estética em Lukács". In: VAISMAN, Ester; VEDDA, Miguel (Org.). *Lukács: estética e ontologia*. São Paulo: Alameda, 2014.